



COLEÇÃO PROINFANTIL

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica
Secretaria de Educação a Distância
Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil



COLEÇÃO PROINFANTIL

MÓDULO 1

UNIDADE 8

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2

Karina Rizek Lopes (Org.)
Roseana Pereira Mendes (Org.)
Vitória Líbia Barreto de Faria (Org.)

Brasília 2005

Diretora de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Jeanete Beauchamp

Diretora de Produção e Capacitação de Programas em EAD

Carmen Moreira de Castro Neves

Coordenadoras Nacionais do PROINFANTIL

Karina Rizek Lopes

Luciane Sá de Andrade

Equipe Nacional de Colaboradores do PROINFANTIL

Adonias de Melo Jr., Amaliar Attalah, Ana Paula Bulhões, Ana Paula de Matos Oliveira, André Martins, Anna Carolina Rocha, Anne Silva, Aristeu de Oliveira Jr., Áurea Bartoli, Ideli Ricchiero, Jane Pinheiro, Jarbas Mendonça, José Pereira Santana Junior, Josué de Araújo, Joyce Almeida, Juliana Andrade, Karina Menezes, Liliane Santos, Lucas Passarela, Luciana Fonseca, Magda Patrícia Müller Lopes, Marta Clemente, Neidimar Cardoso Neves, Raimundo Aires, Roseana Pereira Mendes, Rosilene Silva, Stela Maris Lagos Oliveira, Suzi Vargas, Vanya Barbosa, Vitória Líbia Barreto de Faria, Viviane Fernandes F. Pinto

Coordenação Pedagógica

Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria

Assessoria Pedagógica

Sônia Kramer, Anelise Monteiro do Nascimento, Claudia de Oliveira Fernandes, Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello, Lêda Maria da Fonseca, Luiz Cavalieri Bazilio, Regina Maria Cabral Carvalho, Silvia Néli Falcão Barbosa

Consultoria do PROINFANTIL – Módulo I

Gizele de Souza, Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho, Lívia Maria Fraga Vieira

Autoria

Lívia Maria Fraga Vieira, Luciano Mendes Faria Filho, Marcos Cezar de Freitas, Maria Olinda de Souza Silva Pimentel, Isabel Oliveira e Silva, Ângela Rabelo Barreto, Rita de Cássia Coelho, Fúlvia Rosemberg, Maria Isabel Edelweiss Bujes

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão

Editora Perffil

Coordenação Técnica da Editora Perffil

Carmen de Paula Cardinali, Leticia de Paula Cardinali

Ficha Catalográfica – Maria Aparecida Duarte – CRB 6/1047

L788

Livro de estudo / Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

38p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 8)

1. Educação de crianças. 2. Programa de Formação de Professores de Educação Infantil. I. Lopes, Karina Rizek. II. Mendes, Roseana Pereira. III. Faria, Vitória Líbia Barreto de.

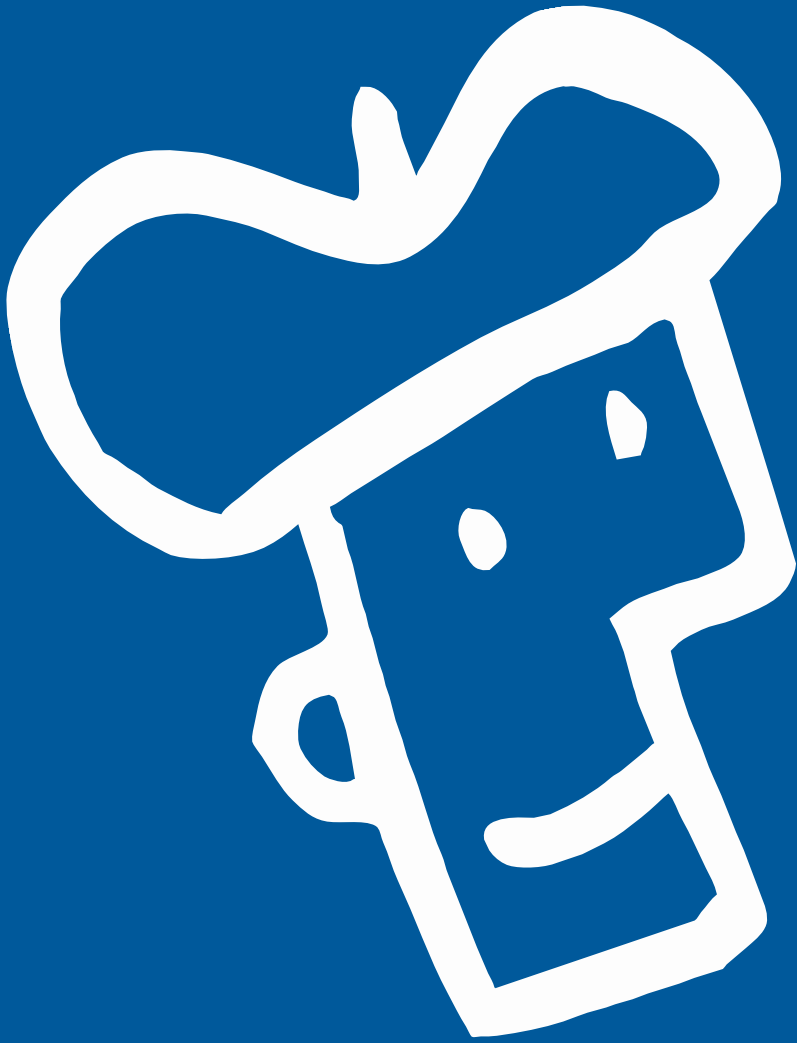
CDD: 372.2

CDU: 372.4

MÓDULO 1

UNIDADE 8

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2



SUMÁRIO

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS 8

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

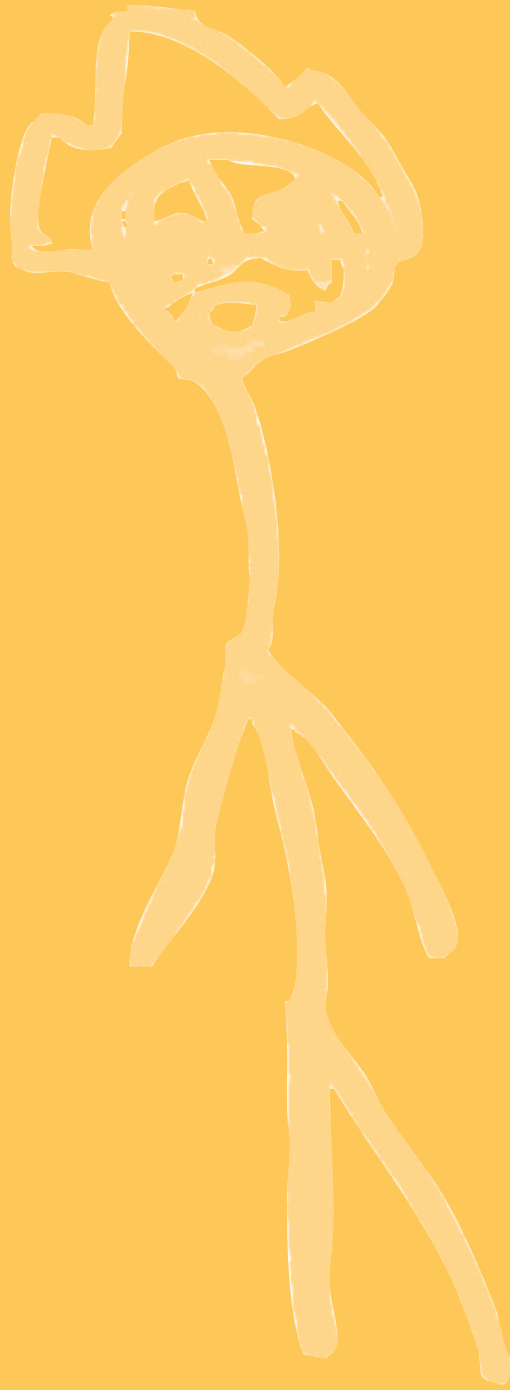
EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 9

Seção 1 – A educação brasileira no século XXI:
principais processos que a afetam, seus embates,
problemas e desafios..... 12

Seção 2 – O papel dos movimentos sociais na conquista da
educação pública de qualidade para todos:
os Fóruns de Educação Infantil..... 23

Seção 3 – Principais temas da cultura na sociedade do
conhecimento e o desafio da educação contínua,
ao longo da vida 27

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*Como pertencer, sem dialogar com o mundo que nos cerca?
Como dialogar, sem realizar a crítica ao nosso próprio modo de pensar?...
... apenas o senso de futuro permite uma apreciação mais refinada do real
com o intuito de descortinar as possibilidades.
Nossas dificuldades se instalam no largo caminho das mediações.*

Clarice Nunes¹



¹NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: *a poesia da ação*. In. Revista Brasileira de Educação. jan./fev./mar., nº 16. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados, abril, 2001.

ABRINDO NOSSO DIÁLOGO

Caro professor e professor(a),

Estamos chegando à última unidade do Módulo I em que discutimos um grande número de questões sobre a Educação, a Sociedade e a Cidadania. Este módulo, como o próprio nome indica, foi pensado para situar a Educação Infantil numa moldura bem ampla. Com isso podemos refletir sobre dois fatos principais:

- *a educação das crianças de 0 a 6 anos é vista hoje como uma responsabilidade que deve ser exercida em conjunto pelas famílias, pela sociedade e pelo Estado;*
- *as instituições têm uma história e a sua trajetória afeta o modo como as instituições atuam nas suas comunidades, a sua forma de se organizar, as suas relações com as famílias das crianças, o modelo pedagógico que escolhem e tantas outras coisas mais.*

Os temas que iremos destacar nesta unidade são de caráter **prospectivo**, ou seja, nós vamos discuti-los, lançando os olhos para o futuro. Quais são os desafios da educação brasileira no século XXI?

Desafio é aquilo que nos provoca. Enfrentar desafios é um exercício que envolve a reflexão, a imaginação e a busca de condições para mudar. Alguns desses desafios podem ser antecipados, porque já estão, de uma maneira ou de outra, presentes em nossas vidas. Outros, apenas o futuro dirá quais são.

Com isso, queremos incentivar você a refletir sobre o mundo no qual viverão as crianças de hoje daqui a alguns anos, como elas precisarão estar preparadas para mundo que ainda não conhecemos e que desafios esperam por elas, nesse futuro que apenas se anuncia (ainda que alguns sinais dele já possam ser vistos no momento atual).

Leonardo Costa Braga





Esperamos, com esta unidade, ajudá-lo a pensar nos impactos (efeitos) que as atividades representadas nas cenas acima podem ter na vida das crianças de hoje, daqui a 20 anos.

DEFININDO NOSSO PONTO DE CHEGADA

Os objetivos desta unidade são:

1. *Situar as questões-desafio da educação brasileira no século XXI, relacionando os principais processos que a afetam e indicando os embates, problemas e desafios que nela podem ocorrer.*
2. *Discutir o papel dos movimentos sociais na conquista da educação pública de qualidade para todos e o lugar dos Fóruns de Educação Infantil.*
3. *Explorar os principais temas da cultura na sociedade do conhecimento e o desafio da educação contínua, ao longo da vida.*

CONSTRUINDO NOSSA APRENDIZAGEM

Como vimos, esta unidade foi dividida em três seções. A primeira trata dos desafios que são feitos à educação e que podem ser pensados neste início do século que estamos vivendo, o século XXI. A segunda vai examinar como os Fóruns da Educação Infantil têm atualmente o papel de mobilizar a sociedade através de instituições e dos movimentos sociais organizados em defesa dos direitos das crianças à educação. A terceira se propõe a dialogar com você sobre a centralidade da cultura e como ela terá impactos naquilo que denominamos sociedade do conhecimento e nas aprendizagens que precisaremos fazer ao longo da vida para sobrevivermos num mundo que está sempre mudando.

Seção 1 – A educação brasileira no século XXI: principais processos que a afetam, seus embates, problemas e desafios

OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:

- SITUAR AS QUESTÕES-DESAFIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI, RELACIONANDO OS PRINCIPAIS PROCESSOS QUE A AFETAM E INDICANDO OS EMBATES, PROBLEMAS E DESAFIOS QUE NELA PODEM OCORRER.

Nestes tempos de comunicação instantânea em que vivemos, em que assistimos a tudo que se passa em lugares distantes como se acontecesse em nossa cidade, temos a consciência de que o mundo está em crise, de que talvez nem todas as promessas possam se realizar, de que não podemos esperar dos outros as soluções para os nossos problemas. É dessa falta de certezas, ou dessa clareza de nossos limites, que é hoje feita a vida social e comunitária. A partir dessas idéias, seria importante fazer três perguntas: Diante de tantos limites, o que pode ser feito? Ainda é possível acreditar em alguma coisa? Como podemos transpor essas barreiras que aparecem no nosso caminho?



ATIVIDADE 1

Vemos pela televisão notícias vindas de qualquer parte do globo. As catástrofes e os festejos de todo tipo podem ser assistidos ao vivo. Acompanhamos a atuação dos times, de atletas e artistas como se estivéssemos na platéia de um estádio ou centro de eventos. Que acontecimentos recentes (vistos pela TV, ouvidos no rádio ou em reportagens de jornais) nos dão a idéia de crise, de um mundo fora de controle? Que situações, por outro lado, nos dão esperanças de um mundo melhor?

Você pode anotar suas idéias, recortar reportagens de jornal e fazer um cartaz para apresentar no seu grupo e discutir com seus colegas como esses acontecimentos se refletem no cotidiano com as crianças com as quais você trabalha.

Talvez seja bom lembrar que esta consciência dos limites não é em si algo negativo, uma coisa ruim. Ela nos torna mais críticos e indica até onde podem ir as nossas lutas. Esta consciência dos limites nos faz escolher com mais atenção os nossos objetivos, nos faz perceber melhor que as nossas estratégias devem ser muito mais pensadas, qualificadas e elaboradas coletivamente.

É preciso lembrar que os objetivos do progresso, do desenvolvimento, da racionalidade e da cidadania não foram conquistados para todos, apenas alguns conseguem alcançá-los, apenas alguns podem usufruir de seus benefícios plenos. A desigualdade e a injustiça social são realidade para a maioria da população no mundo.

Convidamos você a refletir sobre a palavra civilização.

Civilização

1. Ato ou efeito de civilizar-se.
2. Conjunto de caracteres próprios da vida social, política, econômica e cultural de um país ou de uma região; cultura: as **civilizações mediterrâneas**; **a civilização dos nômades**.
3. Alto grau de desenvolvimento destes caracteres; progresso, cultura, adiantamento. (Dicionário Aurélio, versão impressa)

Um mundo civilizado seria aquele em que venceríamos a ignorância pelo uso da razão, em que os indivíduos educados seriam agentes do progresso e do desenvolvimento, em que as instituições sociais e educacionais (entre elas a escola), atingindo a todos e trabalhando em cooperação, formariam sujeitos mais conscientes e cidadãos mais responsáveis e felizes. Mas vejamos o que se passa no mundo de hoje: explosão de conflitos entre diferentes povos, situações de fome e de miséria que continuam a acontecer entre muitas populações em diferentes áreas do mundo, desvalorização e discriminação de mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiências físicas e mentais e tantas outras categorias. Isso não seria a negação de muitas promessas feitas pela modernidade?

Modernidade refere-se a uma forma de vida cuja proposta coincidiu com os ideais iluministas (século XVIII) e com suas promessas de justiça e igualdade para todos. É sustentada por um conjunto de valores e crenças que privilegia o culto à razão instrumental e o conhecimento técnico-científico.

Por um lado, é claro que a civilização trouxe ganhos: a **difusão** da cultura letrada, o avanço científico, as invenções possíveis com a aplicação de novas tecnologias – aí estão as vacinas, os aviões, os remédios, a internet, a televisão, os eletrodomésticos, as câmeras digitais, os brinquedos eletrônicos, a notícia instantânea.

Por outro lado, ainda que tudo isso tenha melhorado a vida das populações, não podemos esquecer que:

- *estes progressos não estão ao alcance de todos;*
- *as diferenças entre os países se acentuaram, há os muito pobres e os muito ricos;*
- *boa parte da população da Terra ainda vive na miséria e com fome mesmo numa época em que se produz muito alimento;*
- *a violência contra a vida humana se mantém;*
- *novos problemas de saúde surgiram, apesar da revolução que representaram os novos remédios e tratamentos;*
- *muitas populações vivem isoladas, longe de tudo, apesar do invento de meios de transporte velozes e de meios de comunicação instantâneos;*
- *ainda temos grandes porções de habitantes analfabetos em países como o Brasil, a China, a Indonésia, o Paquistão, a Índia e muitos outros;*
- *a busca de recursos para sustentar a vida humana sobre o planeta levou, em muitos casos, ao desmatamento, à matança indiscriminada de animais, ao esgotamento do solo, à poluição das fontes de água e a muitos efeitos negativos sobre o meio ambiente. Tudo isso ameaça a preservação da natureza e a conservação da vida no planeta.*



Estes exemplos são importantes porque, por um lado, colocamos em dúvida nossas maneiras de pensar, nossas certezas, e, por outro, porque tomamos consciência da realidade e da necessidade de atuação.

A modernidade trouxe um ideal de civilização: deixaríamos de ser selvagens, aprenderíamos as regras de convivência e de respeito pelo outro, conseguiríamos trabalhar de forma disciplinada e cooperativa, controlaríamos nossos modos de pensar e de agir para tornar a sociedade mais humana, mais segura e mais feliz. Esse ideal só seria possível se cada indivíduo se tornasse capaz de se autogovernar. Podemos pensar essa idéia de governar nós mesmos em dois terrenos:

- 1. Da consciência moral – nos modos como conduzimos as nossas relações com os outros, na seriedade com que enfrentamos as nossas responsabilidades como mães e pais, professoras e professores, cidadãos e cidadãos etc.*
- 2. Do conhecimento – sabendo usar de forma produtiva aquilo que aprendemos para aprender ainda mais e melhor e para aplicar o que aprendemos em benefício de todos, de uma sociedade mais justa e mais igualitária.*

Essas duas idéias estão relacionadas. Tudo aquilo que aprendemos, todos os avanços do conhecimento da civilização deveriam ser aplicados, aproveitados, para melhorar a vida de todos na sociedade. Esse foi um ideal só em parte atingido. E, por acreditar na importância desse objetivo – um mundo melhor, em que todos vivam com dignidade, em que a justiça, a educação, a saúde, a moradia, o trabalho e tantos outros direitos estejam ao alcance de todos –, temos que fazer isso possível também nas nossas relações imediatas, com aqueles que nos cercam.

Como mostramos desde o início desta unidade, existem muitos desafios para a educação no mundo de hoje. Dentre os desafios mais importantes, escolhemos quatro para discutir com você. Eles estiveram presentes até aqui, mas vamos fazer uma retomada para refletir sobre cada um.

São processos que afetam a educação no Brasil, mas que ocorrem também em outros países e que têm, em cada realidade, um modo peculiar de acontecer.

Os processos que selecionamos para discutir nessa seção são os seguintes:

- *a globalização;*
- *as diferenças;*
- *a exclusão;*
- *a democratização.*

A Globalização

Em nosso dia-a-dia, vivemos muitas experiências que mostram como a economia – a produção, a venda, a propaganda de produtos, a circulação de dinheiro, a compra e venda de moedas, de ações etc. – está se tornando uma economia global. Produtos são importados e exportados, peças são fabricadas de um lado do globo e transformam-se em televisões, rádios, gravadores, motocicletas, motores etc., ao serem montadas em outro lugar, muito distante daquele de fabricação. Podemos fazer compras pela internet, pelo telefone, de uma cidade para outra, de um país para outro. O movimento de grandes somas de dinheiro é feito por meio da rede mundial de computadores. Uma economia que funciona desse modo, toda interligada, com todos os mercados funcionando ao mesmo tempo e se comunicando (como uma unidade em tempo real), é uma economia que se tornou globalizada. E, a esse processo chamamos globalização.

A globalização acabou sendo possível pelas mudanças na organização do trabalho e pelo desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação.

Um exemplo importante do efeito da globalização é a diminuição do setor público: no mundo todo, muitos órgãos públicos foram extintos e muitos funcionários públicos foram demitidos. Outro exemplo é o desemprego crescente provocado pela utilização cada vez maior de máquinas e da informatização nas indústrias e no setor de serviços (bancos etc.). O cotidiano das pessoas se modifica a partir do contato com as tecnologias: satélites de comunicação, a telefonia celular, o rádio, a televisão, os computadores e a internet são alguns dos exemplos mais conhecidos.

Essas tecnologias facilitaram a circulação de mercadorias, de dinheiro e até de trabalhadores, de um lugar para outro. Isso teve como resultado o enriquecimento de alguns países e o empobrecimento de outros. No Brasil, o desenvolvimento dessas tecnologias tornou mais ricas algumas regiões e não colaborou para o desenvolvimento de outras. A globalização é responsável pelo desaparecimento de algumas profissões e valorização de outras e também pelo aprofundamento das diferenças de salários entre diferentes ocupações profissionais. Tudo isso produziu, por exemplo, um distanciamento maior entre grupos da população, entre regiões do país e entre o próprio Brasil e outros países do globo.

Por que esse fenômeno que nasce das relações econômicas e de comércio invade o nosso dia-a-dia? Como a globalização se reflete nas oportunidades de emprego, na organização do comércio, naquilo que escolhemos para comprar?

O que a globalização tem a ver com a área da educação? Como influencia a escolha dos programas de TV pelas emissoras e o tipo de música que toca nas rádios? Como a globalização está presente nas histórias, nas revistas e nos brinquedos que as crianças vêem na TV? Quantos produtos – mochilas, sandálias, bonecos etc. – de marcas famosas são desejados pelas crianças? Podemos imaginar muitas outras perguntas, a lista pode ter o tamanho que quisermos. Tudo isso e muito mais tem reflexos naquilo que acontece nas nossas instituições.

ATIVIDADE 2

Sugerimos que você pense em como a sua vida como mulher/homem, mãe/pai (caso você tenha filhos) e professora ou professor é afetada pela globalização. E o consumo? Um problema que temos hoje é a valorização de ter coisas, de comprar. Você observa alguma atitude de crianças, jovens e adultos em relação a isso? E na escola onde você trabalha: como vocês enfrentam essa questão?

Em seu caderno, você pode escrever sobre como isso acontece e compartilhar suas idéias com a turma, no encontro quinzenal.

Quando analisamos como funciona o processo de globalização, podemos entender que ele tem como objetivo fazer de todos nós consumidores. Por um lado, propõe a diversificação das necessidades de consumo por: idade, atividade, sexo, classe social etc., para incluir o maior número de pessoas na corrente do consumo global. Por outro lado, e ao mesmo tempo, o processo de globalização tem como objetivo buscar maior homogeneidade entre as necessidades de consumo: todos acabam acreditando que precisam usar aquele sabonete, aquela pasta de dentes, um determinado leite ou calça *jeans*, que precisam de tênis de “marca”, e assim por diante. Meninas e meninos acabam influenciados pelas modas que são lançadas pelas apresentadoras famosas ou pelos brinquedos que têm as suas marcas. A globalização influencia preferências, escolhas, nossos modos de ser e acaba marcando a maneira como nos vemos e nos comportamos, sem que a gente se dê conta de que isso está acontecendo.



As Diferenças

Outro processo que desejamos discutir com você são as **diferenças**, o fato inegável de que somos todos diferentes. Existem diversas formas de sermos gente: mulheres e homens; negros, brancos e índios; crianças, jovens e adultos; surdos e ouvintes; cegos e videntes, e assim por diante. Além disso, dentro desses grupos de homens, de mulheres, de crianças etc., ainda nos diferenciamos uns dos outros: temos os nossos jeitos individuais. Portanto, as diferenças expressam na sociedade (nas famílias, nas creches, nas escolas) como somos diversos, como variamos entre nós.



Mas, na modernidade, que apresentamos no início da seção, houve, com o auxílio da escola, um grande esforço no sentido de mostrar que o fato de sermos humanos também nos fazia compartilhar características que nos tornavam homogêneos. Essa idéia está ligada ao conceito de normalidade. Nessa concepção, era preciso todas as pessoas alcançarem a norma. As diferenças eram entendidas como aquilo que se distanciava do normal, se afastava do padrão. Deste modo, as desigualdades eram identificadas como diferenças e serviam para apontar aqueles que não se

enquadravam na norma, para reforçar a idéia de deficiência. Esta visão esteve (e ainda está) presente na escola. Os diferentes seriam os analfabetos, os meninos de rua, os desempregados e tantas outras categorias, porque o “normal” era ser alfabetizado, viver em casa com a família, possuir um emprego etc. Com estes exemplos, queremos mostrar como aquilo que pensamos como diferença pode servir para marcar uma pessoa como anormal, como deficiente, como alguém que não se enquadra nas formas dominantes de pensar os sujeitos da educação, professores e crianças, mas especialmente estas últimas.

Veja a complexidade desse processo. Se por um lado não podemos negar as diferenças – elas existem, muitas vezes, independentemente da vontade dos sujeitos –, por outro lado, não podemos tomar as diferenças como justificativa para querer aproximar todos da norma, para homogeneizar as crianças e jovens que passam pelas instituições educativas. O que estamos querendo dizer é: todos temos direito à igualdade de condições de vida, de saúde, educação, moradia, trabalho (e portanto contestamos a desigualdade); e todos somos diferentes, temos direito à diversidade, à pluralidade.

A Exclusão

Chegamos então à idéia de **exclusão**. As diferenças vistas como anormalidades e os sujeitos diferentes vistos como incapazes, deficientes, com dificuldades de aprender etc., foram historicamente vítimas de um processo que passamos a chamar de exclusão. A exclusão pode ser a expulsão da pré-escola, da creche, por exemplo, mas também um modo de tratar a criança que ignora que ela existe, que faz de conta que ela não está presente, que a coloca no fundo da sala, na sala da diretora, na “cadeirinha do pensamento”. Os desadaptados, os indisciplinados, os “difíceis”, os estranhos, foram criados pelas instituições sociais, entre elas as escolas.



Também as crianças que não pensam segundo os moldes ou estágios esperados para a sua idade cronológica (que marca o seu tempo de vida) são consideradas como crianças que apresentam dificuldades, portanto, que fogem da normalidade. O mesmo acontece com as crianças que são vistas como tendo desvios de conduta, problemas emocionais, traumas. Essas crianças não atenderiam a características desejáveis, o que faria delas sujeitos desadaptados, incapazes de freqüentar as instituições educacionais, porque não se ajustam ao modelo esperado de criança.

Por todas essas razões, as diferenças que caracterizam a todos nós acabam marcando muitas crianças com o sinal da incompetência, da discrepância, e fabricam a exclusão cultural e a exclusão escolar. Esse processo que tira de crianças, jovens e adultos os bens culturais a que teriam direito e que os retira de práticas culturais em que precisariam estar inseridos termina por agravar a situação de exclusão social e econômica a que são submetidas nossas populações. Isso ocorre por vivermos em um contexto marcado historicamente pela desigualdade, que tira de crianças, jovens e adultos os bens materiais a que também teriam direito.

A Democratização

Para enfrentar esse contexto complexo, muitas questões se colocam. Escolhemos falar aqui do processo de democratização, tomando seus dois aspectos principais: a democratização interna das instituições, em que precisamos evitar qualquer tipo de discriminação e assegurar o respeito às diferenças; e a democratização ampla, pois precisamos garantir que as crianças (e famílias que o desejem) tenham acesso à Educação Infantil, que é direito de todos.

Como desenvolver esse processo democrático no cotidiano das nossas instituições? Queremos pensar sobre isso com a sua colaboração.

Olhemos o que diz o dicionário:

Democracia

1. Sistema político cujas ações atendem aos interesses populares.
2. Governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias. (Dicionário Houaiss, versão eletrônica)

As discussões que acabamos de fazer nesta unidade mostram as dificuldades que se colocam no caminho do processo de democratização. Enquanto discutíamos o que constitui uma economia globalizada, fomos descobrindo a força que ela tem na imposição do que devemos usar, do que devemos fazer e do que devemos gostar. E, ainda, se pensarmos no dia de amanhã, esta economia globalizada já está definindo o que poderemos ser, quais as profissões mais necessárias no futuro, o que e como devemos aprender para ter sucesso na nossa carreira escolar e também na vida.

Isso nos leva a questionar os limites que existem na democracia (ver o quadro acima, que traz alguns dos seus significados presentes no dicionário). O que podemos, então, chamar de democratização? Até que ponto, no interior das nossas instituições de Educação Infantil, somos capazes de levar em conta interesses vindos dos vários grupos que compõem a comunidade escolar? Como tratamos os interesses de mães e pais? No dia-a-dia, estamos atentos para nos colocar no lugar das crianças? No cotidiano e nas rotinas da Educação Infantil, levamos em conta essas questões?

ATIVIDADE 3



Levando em consideração as rotinas da Educação Infantil, observe como têm sido trabalhadas em sua escola situações como: a hora do sono, ida ao banheiro, beber água.

Cada criança pode ser atendida nas suas necessidades e ritmos individuais? Ou, o tempo de dormir, beber água, ir ao banheiro, é o mesmo para todos? Esta pode ser uma discussão interessante para levar ao encontro quinzenal, no sentido de compartilhar as respostas de cada escola a essas questões.

A democratização também precisa ser pensada em relação ao atendimento do direito de educação das crianças pequenas. Democratizar o acesso às creches e pré-escolas é proporcionar vagas para todas as crianças cujas famílias necessitem desses serviços. Também entendemos por democratização o oferecimento de um atendimento de qualidade por parte dessas creches e pré-escolas. Quando pensamos no Ensino Fundamental, por exemplo, sabemos que as escolas oferecem hoje vagas capazes de atender a todas as crianças na faixa de 7 a 14 anos. No entanto, mesmo no Ensino Fundamental, um lado da democratização ainda não foi alcançado – o que se refere à qualidade do ensino e que garante:

- *que as escolas sejam bem equipadas;*
- *que as professoras e os professores tenham oportunidades freqüentes de se atualizar;*

- *que as escolas tenham bibliotecas, computadores e outros materiais para oferecer oportunidades às crianças de ampliar suas fontes de conhecimento;*
- *que as escolas trabalhem segundo um projeto pedagógico construído por toda a comunidade escolar.*

Se isso ocorre no Ensino Fundamental, a democratização, na Educação Infantil, tem ainda a ver com outros dois pontos principais:

- *o aumento de vagas;*
- *a qualificação do trabalho pedagógico e do atendimento às crianças baseada na adequação dos espaços, dos tempos e ritmos do trabalho na instituição e no respeito pelas crianças e suas famílias e pelos adultos que ali atuam.*

Como você vê, alguns problemas e outras tantas necessidades são parecidos tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. Mas, é preciso lembrar que o Ensino Fundamental já expandiu suas vagas e já conta com verbas que, mesmo que ainda insuficientes, devem obrigatoriamente ser aplicadas nele.

ATIVIDADE 4

Embora a Educação Infantil não seja obrigatória, ela deve ser oferecida a todos que a procurarem. Por essa razão, sugiro que você, juntamente com as suas colegas de formação ou da instituição na qual atua, faça uma entrevista com as coordenadoras da sua instituição. Nessa entrevista, é importante se informar sobre o número de crianças atendidas (por faixa de idade), o número de crianças na fila de espera por vagas (também por faixa de idade) e se ocorre aumento de vagas de um ano para outro (se não ocorre, pergunte as razões para isso).

Uma boa medida é conversar com mães ou pais de crianças sobre a participação das famílias nessa busca pela existência de vagas para atendimento às suas crianças na faixa de 0 a 6 anos. Eles e elas participam desse processo? Como?

Organizar os resultados de suas entrevistas e discuti-los com seus(suas) colegas na escola e no encontro quinzenal pode ajudar na discussão dessas questões.

Seção 2 – O papel dos movimentos sociais na conquista da educação pública de qualidade para todos: os Fóruns de Educação Infantil

**- OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:
DISCUTIR O PAPEL DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NA CONQUISTA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DE QUALIDADE PARA TODOS E O LUGAR DOS
FÓRUMS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.



Como já foi visto nas unidades anteriores, a Constituição Brasileira de 1988 representou um marco (um avanço, um grande acontecimento) na vida das crianças brasileiras. Ela reconheceu a criança como um sujeito que tem direitos, como lemos no Artigo 227 da nossa Constituição.

O que fica claro nesse artigo da Constituição é uma concepção de criança que não constitui uma promessa de futuro, mas uma realidade já presente. Ou seja, alguém a quem os adultos – nas famílias, nas comunidades e como representantes do povo (exercendo funções de governo) – têm o dever de assistir, proteger, educar. Embora

os direitos das crianças já estivessem de alguma forma definidos, quando em leis anteriores se tratava de direitos dos cidadãos, foi preciso detalhar e especificar tais direitos. As crianças, como as mulheres, os negros – e tantos outros grupos – precisaram ter seus direitos reconhecidos em lei para não sofrerem discriminação, pois eram colocados em uma situação de inferioridade. Então, é importante reforçar que, no plano dos direitos:

- *a garantia legal é um passo importante;*
- *a colocação em prática de tais direitos é outro passo – necessário para beneficiar concretamente as crianças.*



ATIVIDADES

Lembrando o que acabamos de discutir, propomos a seguinte reflexão: Por que é importante colocar em lei os direitos de determinados grupos como as crianças? Seria interessante verificar o quanto esse direito tem sido respeitado no seu município. Nas Atividades 6 e 9, da Unidade 7, você já teve a oportunidade de fazer um levantamento sobre as condições de atendimento da Educação Infantil no seu município e outros direitos básicos da população. Esta é uma boa oportunidade para rever como esses e outros direitos têm alcançado as crianças no seu município.

Como vimos nas Unidades 4 e 6 deste módulo, depois da Constituição, algumas leis foram promulgadas (assinadas, publicadas e postas em funcionamento) com o objetivo de ampliar o entendimento da própria Constituição e ajudar a colocar em funcionamento muito do que foi definido no texto original.

O que aconteceu com a **promulgação** das leis que tratam da educação das crianças de 0 a 6 anos? Houve a necessidade de se rever a organização das redes que se dedicam ao seu atendimento. E veio ao conhecimento das comunidades e das famílias, em especial, uma série de problemas no campo da Educação Infantil.

Se ocorreram mudanças para melhor na Educação Infantil – como as leis proclamaram – muitos problemas também se tornaram públicos e começaram a ser discutidos nos jornais, nas assembleias de bairros e associações, nas universidades, no âmbito do Ministério Público. Entre tais problemas, alguns já existiam há muito tempo e eram bastante conhecidos; outros se agravaram com a demanda crescente por parte das famílias de atendimento educacional a seus filhos e filhas menores de 7 anos.

Conhecemos as dificuldades existentes de manutenção das instituições e de realização do trabalho na Educação Infantil:

- *Escassos recursos que são destinados ao financiamento das atividades nas instituições de Educação Infantil. Nem o governo, nem as instituições comunitárias, contam com verbas que permitam ampliar e qualificar o atendimento a um grande número de crianças.*
- *Formação e remuneração digna dos profissionais de creche e de pré-escola. Grande parte dos professores, especialmente os que trabalham com as crianças menores, permanecem longas jornadas nas instituições, recebem baixos salários e têm poucas oportunidades para se aperfeiçoar ou para continuar seus estudos ou, ainda, para receber formação específica para trabalhar com a Educação Infantil.*

Além destas dificuldades, existem outros problemas no seu município em relação à Educação Infantil? Do seu ponto de vista, as discussões e análises do Módulo I ajudaram a compreender melhor a situação?

Olhando para a sua realidade, o que você considera como os problemas mais sérios em relação às condições atuais para exercer de forma adequada a função de professores e professoras da Educação Infantil? Será interessante anotar essas idéias, para discuti-las no encontro quinzenal.

Como vimos, as políticas de Educação Infantil sofrem muitos contratempos, idas e vindas, avanços e recuos. Apesar da oferta crescente, a realidade mostra que as vagas ainda são insuficientes para atender com qualidade as crianças de 0 a 6 anos.

A população vem buscando soluções para atender às suas necessidades, e uma das reivindicações das mulheres que reúnem mães dos bairros populares, militantes do movimento feminista e dos movimentos sindicais têm sido, sem dúvida, a de creche para meninos e meninas pequenos. A luta por creches, desde os anos 70, tem reunido pessoas dos mais diversos grupos da sociedade que reivindicam o cumprimento do direito constitucional de educação especializada e de qualidade para os menores de 7 anos. Esse foi um tema que analisamos na Unidade 3.

Tanto as novas leis como as discussões que elas desencadearam vieram mostrar a necessidade de se fortalecer a educação das crianças de 0 a 6 anos, considerada a primeira etapa da Educação Básica. Para fazer frente ao desafio de mobilização e intervenção, foram criados, nos últimos anos, em vários estados brasileiros, Fóruns Estaduais de Educação Infantil, já mencionados na Unidade 1. Esses Fóruns reúnem hoje representantes de várias instituições: universidades, institutos de pesquisa,



secretarias de educação estaduais e municipais, conselhos de direitos da criança e do adolescente, conselhos estaduais e municipais de educação, ministério público, organizações do terceiro setor, grupos de movimentos sindicais etc. Os Fóruns Estaduais representam uma forma de movimento organizado em benefício das crianças e foram criados com os objetivos de:

- *intervir nas políticas educacionais para as crianças de 0 a 6 anos;*
- *intervir na produção do conhecimento destinado a orientar as ações voltadas a elas;*
- *discutir questões próprias da Educação Infantil; e*
- *realizar levantamentos de dados para conhecer situações específicas deste setor.*

A criação dos fóruns, que representou um primeiro esforço de mobilização, mostrou que era preciso uma organização nacional que reforçasse e potencializasse a ação dos fóruns estaduais. Surgiu então a idéia de criação do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). No ano de 2000, esse Movimento definiu os seus princípios básicos de atuação, que são os seguintes:

- *A garantia às crianças de 0 a 6 anos de acesso a vagas nos sistemas públicos de educação.*
- *O reconhecimento do direito constitucional das crianças de 0 a 6 anos ao atendimento em instituições públicas, gratuitas e de qualidade (independente de idade, gênero, etnia, credo, origem socioeconômica-cultural etc.).*
- *A destinação de recursos públicos, específicos e adequados, indispensáveis para o bom funcionamento dos sistemas de Educação Infantil.*

Leonardo Costa Braga



- *A indissociabilidade cuidar/educar, visando o bem-estar, o crescimento e pleno desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos.*
- *A implementação das políticas públicas que objetivassem a expansão e a melhoria da qualidade do atendimento educacional abrangendo toda faixa etária 0 a 6 anos.*
- *A identificação da Educação Infantil, enquanto campo intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente evolução.*

Como podemos ver, é proposta do MIEIB a defesa do **direito** das crianças pequenas – menores de 7 anos – à educação, em instituições públicas e gratuitas e que tenham a qualidade como uma referência dos serviços que oferecem. O atendimento, segundo tais princípios, deve ser garantido a todas as crianças sem qualquer tipo de discriminação. Assim, os princípios que orientam a ação dos fóruns estaduais e do seu movimento de articulação – o MIEIB – estão fortemente identificados com o Artigo 227 da Constituição, que já foi apresentado nesta unidade.

A partir disso, podemos pensar na seguinte idéia: a Educação Infantil é um direito das crianças e das famílias e se constitui como um dever do Estado (do poder público representado pelos governantes eleitos) oferecer o atendimento educacional apropriado através de instituições do tipo creche e pré-escola. Portanto, cabe ao poder público (dos municípios, dos estados e da nação, em colaboração) proporcionar as condições para que as oportunidades estejam de fato ao alcance de todos que delas necessitarem. Ora, isso é ainda uma realidade distante em nosso país.

É preciso lembrar que o MIEIB foi criado com a finalidade de articular forças na sociedade para garantir essa efetivação dos direitos das crianças de 0 a 6 anos. Ele constitui uma iniciativa da sociedade que se organizou através de órgãos e instâncias representativas para lutar em defesa das oportunidades de atendimento, as mais amplas possíveis, às crianças pequenas.

Seção 3 – Principais temas da cultura na sociedade do conhecimento e o desafio da educação contínua, ao longo da vida

OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:
- EXPLORAR OS PRINCIPAIS TEMAS DA CULTURA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO CONTÍNUA, AO LONGO DA VIDA.



Na Seção 1, já tratamos de alguns temas da cultura. Muitos autores estão discutindo nos dias de hoje a importância da cultura, mostrando a sua centralidade em nossas vidas. Isso significa que a cultura atravessa toda a nossa vida social. O que isso quer dizer?

Existem muitos significados para o conceito de cultura. Durante muito tempo, a cultura foi entendida como o melhor que a sociedade havia produzido até então, o conjunto do que é comumente chamado de “patrimônio cultural da humanidade”: o que de mais elaborado foi produzido nas artes, na filosofia, nas ciências e na literatura. As pessoas cultas seriam aquelas que teriam sido capazes de absorver grande parte desse conhecimento, de “cultivar” estas formas elevadas de saberes – **a** Cultura. A idéia, portanto, é de que havia apenas **uma** Cultura (com letra maiúscula). As pessoas deviam ser educadas, portanto, para serem cultas, para terem como modelo os saberes, o modo de pensar, os comportamentos das classes que apreciavam este saber chamado de superior.

Ora, a visão de que existiriam saberes privilegiados, um conjunto de conhecimentos superior aos outros, considerado por alguns como a alta cultura, a cultura da elite ou das classes dominantes, já vinha sendo questionada desde os movimentos sociais e políticos do século XIX. Mas, essa visão começou a ser posta em dúvida vigorosamente no século XX. Quando começaram a ser estudadas as formas de viver, os valores, os conhecimentos de outros povos (não-europeus, principalmente), o que se percebeu foi que a chamada “alta cultura” representava apenas um ponto de vista, o daqueles que consideravam a sua cultura como modelo para as outras. Para esses, as culturas que não correspondiam ao modelo dominante eram qualificadas como subdesenvolvidas e precisariam ser modificadas para atingir o grau de cultura considerado desejável – o modelo universal da cultura europeia, branca, masculina. Podemos dizer, então, que este conceito de cultura como algo privilegiado e que servia para “medir” diferenças entre as pessoas (entre “cultos” e “não-cultos”, especialmente) correspondia a uma visão elitista de cultura. Também, nesse modo de ver a cultura, alguns de seus produtos e não outros eram marcados com o sinal da qualidade, da “verdadeira cultura”.

Foram os movimentos que surgiram especialmente nos últimos 50 anos que começaram a questionar a idéia de cultura como **erudição**, gosto superior, padrões estéticos elitizados. Pensamos hoje as culturas no plural, numa grande variedade de sentidos. Podemos falar da cultura popular, das culturas juvenis, da cultura indígena e de tantas outras. Isso nos leva a uma idéia de que os padrões culturais são relativos, um não vale mais do que o outro, ou seja, de que não existe, a rigor, nenhuma hierarquia a ser preservada.

Uma das idéias predominantes sobre o que é a cultura, hoje, é a idéia de que:

A cultura é o terreno onde damos significado às nossas experiências.

ATIVIDADE 6



Pensando nessa idéia da “cultura como o terreno onde damos significado às nossas experiências”, um exercício interessante seria lembrar o que você recebeu como herança cultural e que é importante na sua vida hoje. O lugar onde nasceu, viveu, as marcas que ficaram, festas, costumes, religião etc. Você pode recolher fotos e objetos que tragam essas marcas para compartilhar sua herança cultural com o grupo de estudo quinzenal.

Assim, ter nascido em um determinado país, numa determinada classe social, em um grupo social específico, por exemplo, vai fazer com que nós tenhamos o nosso comportamento controlado por regras criadas nesses ambientes como possibilita significar aquilo que vivemos nessa cultura. O comportamento dos seres humanos seria ingovernável se não houvesse essas regras. Nós não saberíamos como nos conduzir, como nos relacionar com os outros, a quem obedecer, o que ensinar às crianças e tantas outras coisas necessárias para dirigir as nossas vidas. Tudo isso mostra que o campo da cultura é um campo conflituoso. A cultura dos grupos está sempre em movimento, os padrões culturais se modificam com o tempo, e os “programas culturais” – um complexo de costumes, valores, modos de viver, práticas e crenças – são necessários para dar ordem aos comportamentos humanos. Assim, a cultura é que permite que os grupos sociais se organizem, mas sem grupos sociais não teríamos cultura.

Logo, sociedade e cultura se constituem mutuamente. É a cultura que fornece maneiras de entender aquilo que nos acontece e, como disse um dos grandes estudiosos da cultura em nosso tempo chamado Clifford Geertz, a cultura nos oferece um padrão de significados que nos é transmitido através dos tempos – um sistema de idéias que os homens utilizam para se comunicar, conservar e desenvolver o seu conhecimento e suas atividades relacionadas com a vida. As questões da cultura e de como ela se relaciona com a educação podem ser pensadas de muitas maneiras.

Nesta seção, vamos discutir três possíveis ordens de fatores que correspondem a discussões polêmicas e atuais que são feitas nesse campo.



1. *O primeiro grupo de questões diz respeito às diferenciações que as culturas operam no entendimento das desigualdades de etnia, sexo, geração, classe social etc.*
2. *O segundo grupo de questões refere-se à entrada das chamadas pedagogias culturais nas vidas infantis: os artefatos culturais – o cinema, a TV, os jornais, os brinquedos, as revistas infantis, os parques temáticos, os shopping centers, a moda, a propaganda etc. – revolucionam o espaço cultural, trazendo para o interior das instituições novas temáticas, novos interesses e novas preocupações educativas.*
3. *O terceiro conjunto de questões pretende problematizar o que, frente à explosão cultural do nosso tempo ou àquilo que alguns autores chamam de sociedade do conhecimento, as instituições educativas têm como desafio. Talvez, o que se possa fazer neste momento é muito mais levantar questões do que propor respostas ou fazer prescrições.*

Vamos, então, retomar a discussão que já fizemos sobre as **diferenças** na Seção 1, para discuti-las em sua relação com a cultura. Na Seção 1, enfatizamos a idéia de que as diferenças são uma característica dos seres humanos. No entanto, se pensarmos do ponto de vista da cultura, vamos perceber que o que interessa nessa discussão não são as diferenças em si, mas o sentido que damos a elas. Isso ficará mais claro se pensarmos na posição de mulheres e homens na sociedade, por exemplo. Como vimos na Unidade 7, se olharmos à nossa volta, poderemos verificar a profunda desigualdade que separa homens e mulheres. Como acontece essa desigualdade?

Historicamente, os homens foram aqueles que se apropriaram dos recursos materiais, a eles cabia a propriedade, a administração das posses. Geralmente, eram os homens que saíam de casa para trabalhar. Por muito tempo, apenas os filhos homens tinham direito à herança, e no caso das monarquias, em muitos países, apenas os filhos homens poderiam se tornar reis. Também apenas os meninos iam à escola, apenas os filhos homens podiam estudar e as famílias se sacrificavam para que alguns deles pudessem ir para centros maiores e se formar. Os primeiros professores foram homens e a ciência, bem como a arte, por longo tempo, só puderam ser feitas por sujeitos do sexo masculino. Algumas profissões só eram exercidas por homens. Assim, os homens não apenas tinham o poder econômico (bens, dinheiro, propriedades, profissão), mas também o poder obtido pelo acesso à educação (o poder simbólico).

Esse processo de dominação, além de ocorrer entre homens e mulheres, aconteceu também entre pessoas de diferentes etnias – negros, brancos, indígenas, orientais –, entre pessoas de diferentes classes sociais e entre pessoas de diferentes idades.

Tanto que, até hoje, se diz que as crianças são imaturas, frágeis, **heterônomas**, porque o modelo para fazer este julgamento é o adulto. Isso significa que as relações desiguais de poder são socialmente e culturalmente construídas, atendendo a aspectos econômicos e políticos.

O que foi até aqui discutido é o fato de que é a cultura que dá significado às diferenças. São as regras – inventadas sobre as relações entre as pessoas na sociedade – que dizem quem tem mais valor. Portanto, o que mostramos aqui é a necessidade de prestar atenção às diferenças e discuti-las entre nós, especialmente indagando que relações se estabeleceram, a partir dessas diferenças, acentuando a desigualdade.

O mundo social não é neutro e a sociedade tradicionalmente é dividida: homens e mulheres, adultos e crianças, proprietários e trabalhadores, brancos e negros, pais e filhos, havendo posição de domínio de uns sobre outros. No entanto, é preciso estar atento para o fato de que as relações de gênero, de geração, de etnia e de classe social são relacionais. O que isso quer dizer: quando muda o modo de se conduzir de um dos pólos da relação, o outro muda em consequência disso. Em razão dessa característica relacional é que estão mudando, ainda que muito lentamente, as relações entre homens e mulheres, entre pessoas de etnias ou raças diferentes, e isso se deve em grande parte ao que acontece na cultura.

E, nas creches, pré-escolas e escolas, que fazemos em relação a isso?

ATIVIDADE 7

Considerando as relações de gênero, etnia, classe e religião, sugerimos a você pensar nas práticas cotidianas que você realiza com os meninos e meninas com os quais trabalha. Como são entendidas e tratadas as diferenças entre as crianças? Que papéis os meninos e as meninas podem desempenhar nas brincadeiras? Que comportamentos são permitidos (ou não) às diferentes crianças pelas atividades propostas? Um bom exercício é registrar essas observações para discuti-las com a sua turma no encontro quinzenal.

Outro tema cultural que queremos trazer para refletir com você se refere aos artefatos culturais – o cinema, a TV, os jornais, os brinquedos, as revistas infantis, os parques temáticos, os **shopping centers**, a moda, a propaganda etc. Este tema não está desligado do anterior, pois o cinema, os brinquedos e a propaganda oferecem constantemente modelos do que é ser homem ou mulher, de como se devem comportar as crianças, do que elas devem gostar, do que é andar na moda, do que se deve comer, de como deve ser o nosso corpo, do que devemos fazer para



mantê-lo saudável, magro, em forma, de como devemos nos vestir. Isso mostra o jogo complexo que é a cultura. Os artefatos culturais revolucionaram os modos de viver do nosso tempo, e passaram a fazer parte das vidas das crianças com uma influência que parece não ter limites. Você já deve ter sentido a dificuldade de fazer uma criança desistir de algo que viu na TV ou numa revista. As crianças, especialmente as meninas, querem, a todo custo, se parecer com as apresentadoras de TV, e aquilo que elas vêem em seus programas é uma informação que tem uma força muito grande. Tudo isso traz para as instituições de Educação Infantil a necessidade de se prepararem para discutir novos temas com as crianças. Ficamos desafiados a encontrar outros modos de trabalhar com as crianças, levando em conta as preocupações educativas trazidas pela disseminação desses artefatos.

ATIVIDADE 8

Recomendamos a reflexão e análise das seguintes questões: Na sua prática docente, que artefatos culturais (a televisão, o cinema, o rádio etc.) influenciam (ou produzem) mais diretamente o comportamento das crianças com as quais você trabalha atualmente? Que modelos sociais são apresentados nesses artefatos? Que valores são transmitidos? De que forma você e seus colegas lidam com o conteúdo desses artefatos? Como você lida com os efeitos que eles têm sobre as maneiras de ser dos meninos e meninas com os quais você trabalha?

É possível discutir essas questões com os professores da instituição (creche, pré-escola ou escola) em que você trabalha?

Por fim, vamos tratar do último tema desta unidade: a necessidade de aprender continuamente, por toda a vida.

Fala-se muito que as crianças são “naturalmente curiosas”. Talvez isso aconteça porque elas ainda têm muito a conhecer. Não é difícil entender que, para viver numa cultura, temos a necessidade de nos adaptarmos a ela, de aprendermos, de nos modificarmos. São necessários recursos de várias ordens para que isso aconteça: o domínio da linguagem, a aprendizagem do controle do corpo e de algumas de suas funções, o desenvolvimento de habilidades para nos relacionarmos, para fazer coisas com as mãos, para pensar e para resolver problemas etc. Esse conjunto de coisas é necessário para vivermos numa sociedade que se torna cada dia mais complexa. Entre os objetivos relacionados com aprendizagens, um é muito enfatizado pelas instituições do tipo educativo como a escola, a creche e a pré-escola: o desafio de utilizar a capacidade de raciocinar, de pensar de forma criativa e autônoma.

As instituições educacionais deveriam nos tornar capazes de aprender por conta própria. Isso estaria ligado à capacidade que todos nós teríamos para aprender de forma autônoma, desenvolvendo ferramentas, um método para lidar com o conhecimento. A aprendizagem mais valiosa seria, então, aquela que não dependeria da transmissão, mas do uso pelo indivíduo de seus próprios recursos para aprender, para descobrir, para lidar com os problemas que a vida lhe apresentasse. Mas essa é apenas uma forma de ver a questão.



O que sabemos hoje é que, para darmos sentido às coisas do mundo, precisamos nos aproximar delas. Podemos fazer isso de muitas maneiras: tentando imaginar como são ou por que acontecem (formulando hipóteses sobre elas), ou recebendo informações, vindas de outras pessoas, que vamos armazenando, acumulando, comparando, descartando. Assim, o processo pelo qual damos sentido ao mundo em que vivemos depende em grande parte dos significados culturais que as coisas têm no grupo em que convivemos. Nem tudo se aprende por descoberta ou invenção, muitas aprendizagens se fazem também por transmissão. Precisamos, nas instituições de Educação Infantil, estar atentos para todos esses processos, para as questões que as crianças trazem, para as respostas que são capazes de dar, para os diálogos que estabelecem entre si, para os modos com que se utilizam dos recursos que têm à disposição para aprender. Nenhum de nós aprende do mesmo modo que o outro, nenhum de nós tem uma receita pronta para que isso aconteça sempre da mesma maneira, e desconfia-se que somos movidos por motivos mais complexos do que poderíamos imaginar. Nesse movimento, de idas e vindas, de negociações, em que nos tornamos quem somos, não existe uma maneira única ou privilegiada de darmos significado às nossas experiências. Nós lidamos tanto com a imitação e a memória quanto com a criação e a invenção.

PARA RELEMBRAR

A globalização, a política das diferenças, a exclusão e a democratização são quatro processos que afetam a educação no Brasil e também em outros países, sendo que em cada realidade acontecem de um modo peculiar.

- Globalização: processo que nasce das relações econômicas e de comércio, que muda relações sociais e culturais e, entre outras coisas, acaba produzindo e uniformizando necessidades de consumo.
- Política das diferenças: serve na sociedade para mostrar nossa diversidade, mas também para apontar aqueles que não se enquadram na norma, que não se encaixam nas formas dominantes de pensar o sujeito da educação.
- Exclusão: pode ser tanto escolar quanto social e é fabricada quando o sujeito considerado diferente é discriminado e marcado com o sinal da discrepância e da incompetência.
- Democratização: tem a ver com o que acontece internamente nas instituições e com o atendimento ao direito das crianças à educação. Na Educação Infantil, tem a ver com o aumento de vagas, com a qualidade do trabalho e com as condições de educação das crianças.
- A promulgação de leis que tratam da educação das crianças de 0 a 6 anos deu visibilidade a algumas dificuldades de exercício do trabalho pedagógico na Educação Infantil, como por exemplo:
 - escassez de recursos que são destinados ao financiamento das atividades nas instituições;
 - formação e remuneração dos profissionais que atuam com a criança de 0 a 6 anos.
- Durante muito tempo, a **cultura** foi entendida como o melhor que a sociedade havia produzido até então. É o que se chamava de “alta cultura”. Mas certos movimentos surgidos nos últimos 50 anos começaram a questionar essa idéia de cultura, como se ela fosse única e pudesse servir como modelo universal. Pensamos hoje as culturas no plural, numa grande variedade de sentidos. Daí dizer que os padrões culturais são relativos, um não vale mais do que o outro. Hoje predomina a idéia de que a cultura é o terreno onde damos significado às nossas experiências, por isso, a cultura atravessa toda a nossa vida social.
- **Pedagogias culturais** são as que acontecem fora dos muros escolares e se valem dos artefatos culturais – o cinema, a TV, os jornais, os brinquedos, as revistas, os **shopping centers**, a moda, a propaganda – para oferecer modelos válidos de comportamento individual e social.

ABRINDO NOSSOS HORIZONTES

Nesta unidade, discutimos questões fundamentais para a educação da criança de 0 a 6 anos. Falamos da importância do trabalho com a cultura, de um trabalho que seja democrático e que lide com as diferenças para interagir e não para excluir o outro.

O mesmo levantamento que você fez sobre a sua herança cultural, pode ser feito com as crianças e suas famílias. Que diferentes regiões e culturas brasileiras estão representadas na vida das crianças e suas famílias? As culturas de imigrantes que contribuem para a diversidade da(s) cultura(s) brasileira(s) podem ser conhecidas e exploradas pelas crianças no contato com as famílias de seus colegas. Podemos aprender novas brincadeiras, pratos típicos, músicas etc.



GLOSSÁRIO

Difusão: divulgação (de idéias, de impressos); propagação, multiplicação.

Embate: manifestação contrária, oposição, reação, resistência; abalo profundo, acontecimento adverso.

Erudição: instrução, conhecimento ou cultura variada, adquirida especialmente por meio da leitura.

Heterônoma: pessoa, grupo ou instituição submetida a leis que lhes são exteriores.

Processo: ação continuada, realização contínua e prolongada de alguma atividade; seguimento, curso, decurso.

Promulgação: publicação (de uma lei, de um decreto).

Prospectivo: que vê ou tenta ver adiante, que lança os olhos para o futuro; suposto, possível, esperado.

Consultado em: Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, 2001.

SUGESTÕES PARA LEITURA

BUJES, Maria Isabel E. *Infância e Maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Marisa V. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JOBIM e SOUZA, Solange. *Educação@pós-modernidade crônicas do cotidiano e ficções científicas*. Rio de Janeiro: & Letras, 2003.

Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. *Educação infantil: construindo o presente*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUJES, Maria Isabel E. *Infância e Maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAMPOS, Maria M. *A mulher, a criança e seus direitos*. Cadernos de Pesquisa, nº 106, março/1999, p. 117-127.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Marisa V. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. *Beyond Quality in Early Childhood Education and Care*. Londres: Falmer Press, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GEERTZ, Clifford. *Uma nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GRUPO GESTOR DO MIEIB. O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB: Construindo o presente. In: Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. *Educação infantil: construindo o presente*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana*. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. *Educação infantil: construindo o presente*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa V. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.103-126.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, Mai a Ago 2003, p. 5-15.



Esta obra foi composta na Editora Perffil e impressa na Esdeva, no sistema off-set, em papel off-set 90g, com capa em papel cartão supremo 250g, plastificado brilhante, para o MEC, em julho de 2005. Tiragem: 10.000 exemplares.